

ARTIGO Nº6

O PARQUE DA JUVENTUDE: INSERÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

THE PARQUE DA JUVENTUDE (YOUTH PARK):

ENVIRONMENTAL INSERTION AND SUSTAINABILITY

EVY HANNES

O PARQUE DA JUVENTUDE: INSERÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

EVY HANNES*

Arquiteta e Urbanista – Universidade Presbiteriana Mackenzie (2001)

Especialista em Arquitetura da Paisagem e Desenho Ambiental –

Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008)

evyhannes@yahoo.com

RESUMO

Este trabalho faz uma leitura do projeto do Parque da Juventude sob a ótica ambiental, tratando do seu processo de criação e projeto, da sua inserção no território da cidade de São Paulo, da ausência de preocupações ambientais e ecológicas no desenho de seu projeto, bem como de possíveis potencialidades que o local apresenta para o desenvolvimento de um desenho e planejamento ambiental e sustentável. O trabalho destaca também a importância do Planejamento Ambiental para o desenho e remodelagem das cidades do século XXI.

Palavras-chave: Parque da Juventude, desenho ambiental, inserção ambiental, sustentabilidade, paisagem, Carandiru.

THE PARQUE DA JUVENTUDE (YOUTH PARK): ENVIRONMENTAL INSERTION AND SUSTAINABILITY

ABSTRACT

This work makes a reading of the Parque da Juventude (Youth Park) project under the environmental perspective, focusing its creation and design process, its insertion in São Paulo City, the lack of environmental and ecological concerns in the design of its project, as well as possible potentialities the site allows for the development of a sustainable environmental design and planning. The work also highlights the importance of Environmental Planning for the design and remodelling of the 21st Century cities.

Keywords: *Parque da Juventude (Youth Park), Environmental Design, Environmental Insertion, Sustainability, Landscape, Carandirú*

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é estudar o Parque da Juventude, analisando seu processo de criação e implantação, o projeto do parque, seus usos e ocupação pela população. Será discutida a importância do parque como polo transformador da paisagem do bairro de Santana e arredores e também sua potencialidade para o desenvolvimento de uma rede de infraestrutura verde sustentável e ligação com a matriz ecológica da Serra da Cantareira.

O Parque da Juventude é o parque de recente implantação com maior relevância para a cidade de São Paulo, pois além de ter sido pioneiro ao ocupar a área da antiga Casa de Detenção do Carandiru, está inserido em área de valioso potencial urbano e ambiental. O parque ficou conhecido por ter sido implantado na área onde funcionava a antiga Penitenciária do Carandiru, reintegrando essa área à cidade e à população do bairro e trazendo um uso pacífico e agradável ao local conhecido por gerar horror e mortes. Esse aspecto foi tão amplamente explorado que outros de grande importância deixaram de ser expostos, como o fato de não terem sido levadas em consideração no projeto as potencialidades ambientais da área tratada.

A CRIAÇÃO DO PARQUE DA JUVENTUDE

As especulações sobre o futuro da área onde se localizava o Complexo Penitenciário do Carandiru tiveram início em 1995, quando surgiram rumores de que o Governo previa sua desativação. Em 1998 foi realizado o Concurso Nacional de Idéias para o Carandiru, uma parceria entre a Secretaria de Administração Penitenciária e o Instituto dos Arquitetos do Brasil, que previa em seu edital a criação de um parque no local. Em 2002, quando o governador Geraldo Alckmin decretou efetivamente sua desativação, a área ocupada pela Casa de Detenção já tinha seu futuro certo e viria a se tornar o Parque da Juventude.

Inicialmente concebido pelo escritório dos arquitetos Aflalo e Gasperini, o projeto passou a ser coordenado pela equipe da arquiteta paisagista Rosa Grena Kliass quando de seu desenvolvimento, já que passou a ter um caráter mais paisagístico do que arquitetônico quando sua área foi reduzida.

O Parque foi construído em uma área de 240.000 m² que conta com duas áreas de extensa cobertura vegetal. O projeto é dividido em três setores; o Parque Esportivo, o

Parque Central e Parque Institucional. Os três setores são interligados pela “alameda central” que corta toda a extensão do parque.

A intenção do projeto era de restaurar o orgulho da vizinhança, apagando o traço tão fortemente marcado de violência e em troca oferecer espaços que contemplem a paz e o bom convívio com os homens e com a natureza. Como disse a autora do projeto, a arquiteta Rosa Kliass:

...eu senti que o que eu tinha que trazer para lá era o contrário, alegria...lugar de encontro, era exatamente o contrário. E eu fico muito satisfeita porque eu sei que aquele lugar é exatamente isso. Você olha...você vê o muro e não sente que lá trás existe uma penitenciária, porque os fluidos aqui são tão fortes...era isso que eu queria e eu acho que consegui isso; essa é a minha grande vitória no parque do..., que não é o parque do Carandiru, que é o Parque da Juventude, é isso! (KLIASS, 2007)

O projeto, que foi premiado na Bienal Internacional de Quito em 2004 e que também recebeu o prêmio internacional de arquitetura paisagística Primer, rapidamente se tornou um dos motivos de orgulho da população da Zona Norte da cidade de São Paulo.

O Parque Esportivo foi o primeiro a ser construído. Conta com área de 35.000 m² e foi inaugurado em setembro de 2003. Seu acesso é feito pela Avenida Zachi Narchi, uma das mais importantes vias do bairro de Santana, o que lhe confere fácil acesso e garante sua conexão visual com a paisagem local.



Possui pista de skate e dez quadras esportivas, quadra de futebol, tênis e poliesportivas, protegidas por painéis metálicos que substituem os alambrados comuns conferindo graça, leveza e um tom de modernidade e integração ao conjunto das quadras.

Figura 1 – Parque Esportivo



O Parque Central foi o segundo setor do parque a ser construído. Conta com área aproximada de 95.000m² e foi inaugurado em outubro de 2004. Limita-se de um lado pela marquise que dá acesso ao parque esportivo e de outro pelo córrego dos Carajás, onde tem início o Parque Institucional.

Essa área apresenta um caráter fortemente naturalista e foi projetada para funcionar como área de descanso e contemplação, um “oásis urbano”. É composta por uma área representativa de cobertura vegetal, predominantemente formada por Tipuanas (*Tipuana tipu*) que surgiram espontaneamente no local.

Figura 2 – Parque Central - Passeio da muralha

O parque central possui três fortes elementos que marcam sua paisagem. O primeiro deles é composto pelos morrotes gramados que conferem à área um caráter dinâmico e ao mesmo tempo bucólico, onde a paisagem remodelada convida o visitante a percorrê-la e descobrir as surpresas e diferentes vistas que se tem ao caminhar pelos morrotes. Outro elemento é o conjunto de estruturas abandonadas do Carandiru II que se perdem em meio à massa arbórea que cresceu ao seu redor. O espaço foi recebido em um deck de madeira elevado do solo para não interferir com a vegetação existente e uma iluminação especial, que lança luzes amarelas no esqueleto agregando a ele um aspecto de ruínas. O terceiro elemento é o “passeio da muralha”. Ele foi construído sobre trechos inacabados dos muros de vigia da penitenciária, possui quase 300 metros de extensão, aproximadamente 1 metro de largura e uma altura de 7 metros que atinge a copa das árvores. Para acessar o passeio foram projetadas grandes estruturas em madeira e aço corten, cuja cor avermelhada e forte contrasta com o verde da vegetação.

O Parque Institucional tem acesso direto pela estação Carandiru do metrô e é feito através de uma grande praça em meio aos 03 edifícios existentes nessa área do projeto, onde há uma marquise que liga o passeio público ao acesso dos edifícios.



Figura 3 – Parque Institucional - Bloco reformado do Carandiru e Pergolado da Alameda central

A área possui cunho institucional e conta com escolas profissionalizantes, como a ETEC. Para a construção dos novos prédios foram mantidos dois pavilhões da casa de detenção, que foram remodelados e receberam placas cimentícias como acabamento em suas fachadas. Os vãos centrais foram mantidos e cobertos, criando agradáveis espaços internos às novas construções. O edifício que dá lugar à escola de dança, bibliotecas e salas de foi projetado do zero. (KLIASS, 2006)

A questão da sustentabilidade pode ser notada em dois pontos do projeto. Primeiramente quando falamos dos blocos da antiga prisão que foram mantidos e reformados, sendo transformados em Escolas Técnicas - ETEC. E também quando nos remetemos aos morrotes do Parque Central, que foram construídos com o entulho produzido na demolição da penitenciária.

A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM LOCAL

O bairro de Santana teve um processo de ocupação lento, ficando as margens dos primeiros processos de urbanização da cidade por estar situado do outro lado do rio, que possuía ainda seus meandros e áreas naturais de cheia. Era procurado para construção de casas de fim de semana devido aos seus encantos naturais e proximidade a Serra da Cantareira. Até que a chegada do metrô muda definitivamente a cara

da região, o bairro urbaniza-se e passa a integrar a paisagem urbana da megalópole, com seus prédios e grandes avenidas. O curso do rio é retificado, suas margens estreitadas, sua calha aprofundada e por fim o rio é transformado em canal, tendo suas margens concretadas. As altas torres de edifícios bloqueiam a visão da Cantareira. A imagem da Casa de Detenção superlotada contribui para a degradação dessa paisagem e reflete a mesma desorganização presente no caos da metrópole.

O Parque da Juventude não só reciclou esse espaço e o reintegrou a cidade como também fez a população local “respirar aliviada”, trazendo de volta ao bairro de Santana um pouco do clima bucólico e da tranqüilidade de antigamente. A quadra, antes fechada pelos altos muros da penitenciária, se transformou em um belíssimo parque, com largas calçadas e com seu acesso principal totalmente aberto ao público, convidando-o a um passeio. Quem passa pelo local de dentro dos vagões do metrô, não mais avista os prédios com suas paredes pichadas e degradadas, e sim uma bela massa arbórea e belos jardins. Os dois pavilhões que não foram demolidos, foram revitalizados e, a não ser pelo formato, em nada lembram a antiga imagem desses edifícios. (MARTIGNONI, 2006)

É indiscutível o ganho obtido com a implantação do Parque da Juventude. A paisagem é outra, o clima é outro, as vibrações são outras. O projeto do parque transforma e revitaliza a paisagem e a qualidade urbana do bairro, restaurando não só a dignidade da vizinhança como lhe devolvendo a qualidade de vida que já não se via desde o início do século passado.

INSERÇÃO AMBIENTAL

A área do parque está inserida na Bacia Hidrográfica do Córrego Carandiru, com área aproximada de 8,14 km² de extensão. Seu principal contribuinte é o Córrego Carajás, que atravessa parte do bairro de Santana e corta a área do parque antes de desaguar no rio Tietê. O canal do córrego Carajás encontra-se em grande parte de sua extensão canalizado, correndo a céu aberto, sobre calha de concreto, por aproximadamente 1,5 km, no percurso que vai do parque até o rio Tietê. Nesse trecho suas margens contam com uma estreita área ajardinada que faz limite com a via pública onde existem árvores de pequeno e médio porte. O projeto de despoluição “Córrego Limpo” (2007), fruto da parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e da Sabesp, atuou na região com bons resultados. O local constitui as áreas naturais de várzea do Tietê,

sua planície de inundação, onde o rio originalmente corria com seus meandros formando lagos, lagoas, áreas brejosas e ilhas fluviais.

Dentro dos limites do parque encontramos duas áreas importantes de cobertura vegetal. Uma delas constitui uma área de 16.000 m² de mata secundária, onde a vegetação apresenta um estágio de evolução avançado, mas ainda não atingiu seu estágio clímax. A mata encontra-se cercada e recebe manutenção e limpeza periódica pela administração do parque. A segunda cobertura vegetal de relevante importância localiza-se no centro do parque e consiste em aproximadamente 13.000 m² de área coberta por tipuanas (*Tipuana tipu*).

Fora dos limites do parque, mas ainda dentro da área que compreendia o Complexo Penitenciário do Carandiru, encontra-se uma área de vegetação de aproximadamente 30.000 m². Nela há uma heterogeneidade de espécies e observamos a presença de Abacateiros, Paineiras, Jacarandás, Tipuanas, Sibipirunas, Eucaliptos e diversas espécies de palmeiras. Essa é a única área de vegetação que funcionaria como “Buffer Zone”, ou área de amortecimento de impactos urbanos para o parque.

POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM DESENHO AMBIENTAL DENTRO DA ÁREA DO PARQUE DA JUVENTUDE

A implantação do parque trouxe inúmeros benefícios para a região do Carandiru e, para que possamos estender esses benefícios para regiões mais distantes, devemos pensar no parque como elemento potencializador de um sistema, como um pólo gerador de benfeitorias ambientais e conseqüentemente de qualidade de vida, com diretrizes de projeto baseadas nas características da bacia hidrográfica em que está inserido, respeitando ordens e recursos naturais existentes e recuperando-os quando os mesmos se encontrarem degradados ou destruídos pela ação humana.

Entre os pontos que poderiam ter sido desenvolvidos de maneira ambientalmente mais consciente e responsável, dentro dos limites da área do Parque da Juventude, podemos citar:

- a preocupação com a renaturalização do córrego que corta sua área;

- a criação de lagoas de contenção de água de chuvas que diminuíssem a velocidade da chegada das águas do córrego ao Rio Tietê;
- a arborização adequada das margens dos cursos d'água.

A questão da despoluição e renaturalização dos córregos e rios apresenta, além dos aspectos de reestruturação ambiental, uma ligação com aspectos sociais que abordam a reaproximação do homem a natureza e a revalorização dos cursos naturais das águas que compõe o território que ele habita. A imagem do rio e principalmente a do córrego foi transformada e hoje esses elementos são vistos como locais de depósito de lixo e esgoto. Esse processo se iniciou com a retificação do Tietê e seu conseqüente afastamento da prática de esportes e se intensificou com o crescimento acelerado da cidade, que não foi acompanhado pela infra-estrutura urbana de saneamento e coleta de esgotos, o que proporcionou o crescente processo de despejo de esgoto in natura nos córregos da cidade. Para romper esse paradigma deve-se recriar a relação entre os cursos d'água, a paisagem da cidade e seus moradores, agregando a eles valores de recreação, esportes, lazer e contemplação, através da conservação, tratamento e exibição das águas. (BROCANELI, 2007)

O processo de renaturalização de rios e córregos vem sendo amplamente utilizado em cidades americanas, européias e orientais e parte do princípio de que o rio deve ter sua forma e função original recuperadas, o mais natural o possível de acordo com as condições locais, trazendo de volta seus meandros, cascadeamento, áreas naturais de transbordo e permitindo a recuperação do seu ecossistema aquático e terrestre.

Os benefícios do processo, além da recomposição da paisagem natural, são o melhor funcionamento do sistema hídrico das microbacias. Devolvendo aos rios sua capacidade de funcionamento original, estamos também contribuindo com o processo de combate às enchentes, que foi agravado com a impermeabilização excessiva dos solos e com a canalização de rios e córregos, que aceleraram a chegada da água das chuvas às áreas mais baixas da cidade.

Outro aspecto importante que poderia ter sido abordado no projeto do parque é a utilização de lagoas de contenção, piscinões naturais que acumulassem a água das chuvas e retardassem sua chegada ao Tietê, evitando a sobrecarga do sistema de captação de águas pluviais e minimizando assim o risco de enchentes na região, que já sofreu bastante com o problema antes da concretagem da calha do rio Tietê. Essas

lagoas possuem uma área permanente cheia e uma borda de alagamento generosa, com o objetivo de manter a maior capacidade de água reservada possível. Essa borda alagável pode ser utilizada pela população em épocas de seca.

Além de estocar excedentes de água das chuvas e de agregar valores paisagísticos de contemplação e recreação ao local, as lagoas podem contar com um sistema de tratamento dessas águas, devolvendo-as limpas aos rios. É indicado que os fundos desses lagos permitam que a água infiltre no solo, pois ele funciona como filtro natural de impurezas para que as águas recarreguem o sistema de águas subterrâneas e lençol freático.

Às margens das lagoas poderiam ser agregadas Wetlands, áreas alagadiças que além de propiciar a reprodução de várias espécies animais e contribuir para a manutenção da biodiversidade, também funcionariam como área de filtragem das águas.

O projeto de plantio das áreas de margem dos cursos d'água deve ser criteriosamente elaborado, levando em consideração a utilização de espécies adequadas aos locais onde estão sendo propostas, como vegetação típica de Mata Ciliar para as bordas dos cursos d'água e vegetação própria a áreas alagadiças para as Wetlands e área de transbordo das lagoas de contenção.

Essas medidas, que inicialmente nos parecem utópicas e impossíveis de aplicar em cidades já com processo de urbanização consolidado, vem sendo empregadas em várias cidades do mundo com grande sucesso e, adotadas em conjunto ou separadamente, trariam ao Parque da Juventude um toque especial e atual de preocupação com as questões ambientais, assunto fundamental para projetos no século XXI.

POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM DESENHO AMBIENTAL NA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO CARANDIRU

Como dito, as intervenções na área do parque da Juventude, tem um raio de benefício ambiental e ecológico reduzido e para que possamos estendê-las a toda a área da bacia do Carandiru e também aos bairros vizinhos, devemos pensar no parque como um pólo gerador de transformações, analisando suas relações e conectividades com áreas potenciais do entorno. Partimos então da atuação na escala do lote para uma escala maior, que abrange toda a bacia hidrográfica onde se insere a área estudada.

Quando falamos em Desenho Ambiental, podemos abordar diversos pontos e conceitos, que se implantados e desenvolvidos de maneira sistêmica, podem resultar em áreas onde o meio biótico e abiótico convivam em harmonia, considerando a conservação das características ambientais locais e originando uma ordem ecossistêmica e um ambiente de equilíbrio. As diretrizes de projeto devem sempre ser elaboradas a partir de princípios de preservação e recuperação dos recursos naturais, considerando as características das regiões estudadas e envolvem: conservação de áreas verdes e cursos d'água existentes, recuperação de cursos d'água degradados, regulação do ciclo hidrológico (prevenção contra cheias urbanas, permeabilidade do solo, recarga do lençol freático, criação de conectividade e mobilidade entre áreas verdes criando uma estrutura verde urbana, criação de “buffer zones” (áreas de amortecimento de impactos), priorização do transporte público e do pedestre, abordagem multidisciplinar de questões, sustentabilidade, entre muitos outros. (FRANCO, 1977)

Conceitualmente, poderíamos aplicar todas essas diretrizes, com adaptações de uso e escala, na área da bacia hidrográfica do Carandiru. Mas para que essa atuação se torne possível é necessário que ela seja apoiada em um plano de ação a longo prazo, implantado em diferentes etapas e com um plano de manejo fortemente estruturado. Além disso, é necessária a criação de leis que garantam sua continuidade de implantação mesmo com as trocas de Gestão do Poder Público.

Entre os pontos com potencial para o desenvolvimento de um desenho ambiental na área da Bacia Hidrográfica do Carandiru, que podem ser criados a curto prazo, sem grandes interferências com a malha viária e a estrutura urbana local, podemos citar:

- criação de conectividade entre áreas verdes, independente de sua escala, com base na “Teoria dos Ecossistemas” (ODUM, 1988);
- arborização urbana extensiva;
- manejo do programa Córrego Limpo e do sistema de coleta de esgotos;
- início de um processo de permeabilização do solo;
- controle de combate a enchentes.

O bairro de Santana, mais precisamente a área compreendida pela bacia do Carandiru, é bastante carente em termos de área verde. A fotografia aérea do local apresenta uma mancha urbana predominante sobre a totalidade do território e onde as áreas não edificadas não apresentam cobertura vegetal. A reduzida área de cobertura ve-

getal existente é fragmentada, resultado de um projeto de urbanização desordenado.

Para suprir a carência de cobertura vegetal, já que a área não possui demais áreas disponíveis para a criação de parques e praças, poderiam ser implantados programas de arborização dos lotes e ruas e principalmente das extensas áreas de estacionamento existentes na região, como é o caso dos estacionamentos do Shopping Center Norte e Lar Center.

Para criar uma unidade entre as áreas verdes fragmentadas, transformando-as em um “sistema de áreas verdes”, devemos ligá-las através de corredores verdes. (DRAMSTAD, 1996) Por se tratar de uma área já com urbanização fortemente estruturada, esses corredores verdes poderiam ser implantados através de densa arborização urbana, tanto das calçadas como dos canteiros centrais das principais ruas e avenidas locais, priorizando vias arteriais que apresentem calçadas mais largas possibilitando, assim, o plantio de espécies de maior porte.

Analisando possíveis conectividades com essas áreas, podemos perceber que a única área próxima onde existe hoje uma conectividade real com o parque é o Campo de Marte, que se localiza a apenas dois quarteirões de distância do Parque da Juventude. A conectividade entre as áreas poderia ser reforçada com a arborização intensa das vias que as ligam. Outra interessante conexão pode ser estabelecida se considerarmos que as árvores plantadas nas margens do Tietê consistem de fato um corredor verde, pois através delas conseguimos chegar a uma importante área verde do município, o Parque Ecológico do Tietê. Do parque da Juventude ao rio a conexão é feita através da arborização existente as margens do córrego Carajás, que corta o parque e deságua no Tietê. Mas, entre essas conexões, a mais importante é sem dúvida, a que se estabelece com a Matriz Ecológica da Cantareira, localizada a 6 km de distância. A 4 km de distancia já encontramos extensas áreas verdes de sua borda e, entre tais manchas e o parque estudado, a ocupação do solo, apesar de intensa, se faz com edifícios baixos e muitos lotes residenciais, onde podemos identificar certa arborização. Essa conexão garante com que a matriz ecológica cumpra seu papel de disseminadora de espécies e de banco genético, garantido as trocas necessárias para a manutenção do ecossistema e do sistema verde¹.

¹ DRAMSTAD, Wenche E.; OLSON, James D.; FORMAN, Richard T.T.. *Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land Use Planning*. 1 ed. Washington: Harvard Graduate School of Design; Island Press and American Society of Landscape Architecture, 1996.



Figura 4 – Conexões verdes entre a Matriz ecológica da Cantareira, o Parque da Juventude, o Campo de Marte e o Parque ecológico do Tietê

O Plano Diretor Estratégico já previa a criação de corredores verdes na região, passando pelas margens do Tietê, até o Parque Ecológico de mesmo nome, e até a Serra da Cantareira, e o Plano regional Estratégico Santana/Tucuruvi também aponta alguns desses corredores, mas ainda não fazendo a ligação completa entre essas áreas verdes. (SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2004)

Para garantir a salubridade do único curso d'água que ainda corre a céu aberto da região estudada é necessário a manutenção do programa "Córrego Limpo" da Prefeitura da cidade de São Paulo em conjunto com a SABESP. O programa que restaurou a qualidade de água do Córrego Carajás, através da ampliação da rede de coleta de esgotos e limpeza manual das margens do córrego deve ser mantido e implementado para garantir que a água que deságua no rio Tietê continue com os baixos índices de poluentes que apresenta hoje.

O processo de permeabilização dos solos não só está ligado a questões de recarga do lençol freático, como também a questões de combate de enchentes. O problema das enchentes já é familiar aos grandes centros urbanos e à cidade de São Paulo. Com o

crescimento desenfreado da cidade, a mancha urbana avançou sobre as várzeas dos rios e muitos córregos foram canalizados para melhorar as questões de saneamento. Esses dois fatores, aliados, geraram consequências catastróficas. A impermeabilização excessiva do solo interrompe o ciclo hidrológico da água, que não mais infiltra para poder dar continuidade ao ciclo. Ao invés de infiltrar nos solos (constituindo sua umidade natural ou percolando para os aquíferos), correr para os rios e lagos, evaporar e precipitar, as águas das chuvas escoam pelas ruas e áreas construídas da cidade, em velocidade até maior que a das chuvas, até chegar aos rios. Esse caminho é ainda mais rápido se a água pegar um “atalho” por algum córrego canalizado, onde a superfície lisa dos canais acelere sua chegada aos rios, nos pontos mais baixos da cidade. Para agravar ainda mais o problema, esse rio, hoje, não possui mais sua área de várzea e de contenção de cheias para acomodar todo o excedente de água, pois essas várzeas foram tomadas pela urbanização que avançou sobre ela com ruas, avenidas e construções. Esse é o quadro geral encontrado hoje na maior parte das grandes cidades. (SPIRN, 1995)

Por isso é tão importante garantir a permeabilidade do solo, principalmente nas áreas mais altas da cidade, para garantir a microdrenagem local e retardar a chegada da água nas baixadas. Essa é uma das principais medidas de combate a enchentes.

Outra medida que já vem sendo bastante utilizada em cidades como Chicago e Colorado, é a criação de piscinas de microdrenagem local, especialmente sob grandes áreas de estacionamentos, que armazenam a água durante a chuva e depois liberam a mesma gradativamente ao sistema de coleta de águas pluviais. Se essas piscinas de contenção não estiverem em área de solo saturado, como no caso dos estacionamentos presentes na área estudada, elas podem contar com um fundo drenante que faça com que a água armazenada seja aos poucos absorvida pelo solo.

CONCLUSÃO

Esse trabalho vem reafirmar a falta de planejamento ambiental e de considerações ecossistêmicas nos projetos desenvolvidos atualmente no cenário nacional, em especial na cidade de São Paulo, através do exemplo do Parque da Juventude.

Vivemos um momento onde nos encontramos em meio a discussões latentes sobre o futuro do planeta e a possível extinção da raça humana devido ao “Aquecimento Glo-

bal”. Pesquisas recentes apontam o desaparecimento de cidades costeiras em todo o mundo em um prazo de menos de 50 anos devido ao derretimento das calotas polares e conseqüente aumento do nível da água dos oceanos. Tal acontecimento é devido ao consecutivo descaso da sociedade em relação às questões de preservação ambiental e de recursos naturais, e gradativa destruição do meio ambiente como um todo. O cenário atual é de acentuado desequilíbrio ecológico e os reflexos dessa situação já podem ser notados através de catástrofes naturais ocorridas nos últimos 10 anos em todo o mundo, como o furacão Katrina, que inundou mais de 80% da cidade de New Orleans, nos Estados Unidos da América em 2005, deixando cerca de mil mortos e mais de 650 mil desabrigados.

Além dessas catástrofes, outra consequência do descaso às questões ambientais é a consecutiva perda de qualidade de vida nos grandes centros urbanos devido ao afastamento do homem à natureza. Muitos estudos já provaram que a qualidade de vida do homem está intimamente ligada ao seu contato com o cenário natural, com o verde, a água e os animais. Nos últimos anos essa busca pelo contato com a natureza tem sido cada vez maior e uma prova disso é que os empreendimentos imobiliários mais valorizados são os que vendem a “vista para o parque” ou para a “reserva de área verde”.

É nesse ponto que entra a importância do desenho ambiental, responsável pelo ato de projetar com consciência ambiental e compreensão ecossistêmica, a fim de se construir espaços em equilíbrio entre os meios biótico e abiótico, promovendo a sustentabilidade dos mesmos, reforçando as bases do Paradigma Ambiental e contribuindo para o reequilíbrio do ecossistema planetário.

O desenho ambiental não está presente ainda na mentalidade da grande maioria dos projetistas, mesmo dos arquitetos paisagistas e responsáveis pelos desenhos urbanos de maior destaque no cenário da produção nacional. Um exemplo disso é o caso das operações urbanas desenvolvidas para a cidade de São Paulo, que seriam um excelente instrumento de implantação do mesmo e que não contemplam em suas premissas de implantação, reais diretrizes de planejamento ambiental. Elas são o instrumento mais propício de inclusão de diretrizes ecológico-ambientais no planejamento da cidade e paisagem urbana e poderiam, através de suas leis, criar premissas de desenho que focassem o respeito aos valores naturais de cada região, agregando valor ecológico às áreas onde hoje encontramos uma urbanização consolidada e planejada com base em princípios puramente econômicos e vinculados à especulação imobiliária.

Mas onde entra o Parque da Juventude nessa discussão? O projeto do Parque da Juventude vem reafirmar essa questão. Partindo para uma escala mais pontual, os parques implantados nos últimos anos na cidade de São Paulo também não tiveram diretrizes de desenho ambientais presentes no desenvolvimento de seus projetos e o parque da Juventude é um exemplo disso, quando o mesmo tem potencial para funcionar como uma alavanca de transformações do desenho da cidade, já que se consolidou como ícone de transformação da paisagem ao transformar o espaço da Casa de Detenção do Carandiru em um belíssimo parque urbano, tendo grande exposição nos cenários nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROCANELI, Pérola Felipette. **O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, Lauro. **Parc de la Jounesse, São Paulo, SP**. Rosa Grena Kliass architecte paysagiste. *L'architecture D'aujourd'hui*, Paris, v 359, p. 64-67, juillet-aôut 2005.

DRAMSTAD, Wenche E.; OLSON, James D.; FORMAN, Richard T.T.. **Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land Use Planning**. 1 ed. Washington: Harvard Graduate School of Design; Island Press and American Society of Landscape Architecture, 1996.

ODUM, Eugene P., BARRET, Gary W.. **Fundamentos de ecologia**. Thomson Learning. 1988.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental: Uma Introdução à Arquitetura da Paisagem com o Paradigma Ecológico**. 1 ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1977.

KLIASS, Rosa Grena. **Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão**. 1 ed. São Paulo: Senac, 2006.

KLIASS, Rosa Grena. Depoimento, 2007. São Paulo. **Entrevista concedida a Evy Hannes**.

MARTIGNONI, Jimena. **Free in Brazil: on the site of a former prison, a youth park offers multiple spaces and uses in a Brazilian metropolis.** Landscape Architecture: The Magazine of the American Society of Landscape Architects, Washington, v. 97, n. 11, p. 114-121, jun. 2006.

SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SEMPA). **Planos Regionais Estratégicos: Município de São Paulo**, Subprefeitura Santana/Tucuruvi. 1ed. São Paulo: Sempla, 2004.

SPIRN, Anne Whiston, 1947. **O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade** / Anne Whiston Spirn; tradução de Paulo Renato Mesquita Pellegrino. 1 ed. São Paulo. Edusp, 1995.